

Perspectivas para a Economia Maranhense no Século XXI: Uma Análise a Partir das Atuais Estruturas e da Conjuntura Econômica Recente

João Carlos Souza Marques¹
Erivam de Jesus Rabelo Pinto Junior²
Ricardo Zimbrão Affonso de Paula³

Resumo

Ao acompanhar as estruturas econômicas construídas no século XX, sobretudo, a partir de sua segunda metade, percebe-se que o desenvolver da economia maranhense nos primeiros anos do século XXI estão atrelados à essas bases estruturadas por intermédio de evoluções originárias de reformas sociais, construção da infraestrutura e investimento privado pautados na produção de *commodities* para o mercado internacional. Tais bases se mantêm como alicerce da economia estadual com consequente forte dependência internacional. Além disso, a situação de atraso no desenvolvimento econômico também faz com que o Estado dependa fortemente do desempenho dos demais entes federativos e da União, sobretudo, no que tange aos recursos fiscais por intermédio das transferências constitucionais e da produção de muitas mercadorias consumidas. Esse artigo expõe, à partir de análise conjuntural, que há evolução significativa na economia maranhense no que tange ao desenvolvimento, mas que sua concentração e dependência são mantidas, tornando-se necessário reformas estruturantes para que o Estado consiga evoluir de forma sustentada, e que a continuidade de seu desenvolvimento dependerá da continuidade de sua inserção no mercado internacional, melhor interrelação com as Unidades da Federação e o ente Federal, e sobretudo, capacidade de ampliar produtividade, diversidade produtiva e complexidade interna.

Palavras-chave

Desenvolvimento; Nordeste; Maranhão

1 Introdução

A atual configuração econômica do Maranhão deriva especialmente das estruturas construídas no século XX, sobretudo daquelas que vieram a partir da segunda metade dos anos 1900, pois foram as que mais desenvolveram a infraestrutura para o comércio exterior e investimentos para o Estado que dispunha de terra e mão de obra baratas, advindas de uma estrutura rural semifeudal recém-liberta para outros trabalhos. É nesse período que se constroem as ferrovias São Luís -Teresina (1957) e a Estrada de Ferro

1 Economista pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Superintendente de Assuntos Fiscais da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN/MA), mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (PPGDSE/UFMA) e pesquisador do Grupo de Pesquisa *Economia Regional Aplicada (ERA)*, cadastrado no CNPq.

2 Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (PPGDSE/UFMA). Economista pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Assessor Especial da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN/MA), Conselheiro Suplente no Conselho Regional de Economia da 15ª Região (CORECON/MA), pesquisador do Grupo de Pesquisa *Grupo de Estudos e Pesquisas em Macroeconomia (GRAMMA)*, cadastrado no CNPq.

3 Doutor em Economia (IE/UNICAMP), professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (DECON/PPGDSE/UFMA). Pesquisador dos seguintes Grupos de Pesquisas cadastrados no CNPq: *Economia Regional Aplicada (ERA)*, *Grupo de Estudos e Pesquisas em Macroeconomia (GRAMMA)* e *Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica (GEEPHE)*.

Carajás operada pela Vale S/A (1985); atraem-se empresas como a Suzano Papel e Celulose; Consórcio Alumar e a Bungee que vão metamorfoseando a rotina dos maranhenses, antes baseada em atividades primárias arcaicas e de baixa produtividade para um novo padrão baseado em grandes empresas, alta produtividade e larga exportação de *commodities* (TRIBUZI, 2010; MESQUITA, 2011).

À medida que grandes empresas se instalaram no Maranhão, a estrutura portuária sofreu transformações para atender a maior oferta de produtos maranhenses ao exterior. Além disso, o boom das *commodities* nos anos 2000 favoreceu ainda mais o crescimento das instalações e das exportações, sobretudo por intermédio da Vale S/A e da expansão da Sojicultura na região de Balsas, que foram impulsionadas pelo grande crescimento da demanda por Minério de Ferro e Soja por parte da China, que tornou-se o maior freguês dos produtos do Maranhão. A elevação dos preços possibilitou que a Pelotização, as Guzeiras de Ferro e a produção de Alumínio ampliassem dentro do Estado.

Com os contínuos investimentos em obras estruturantes, gerou-se mais empregos e a renda *per capita* se expandiu. Embora a forma como isso ocorreu possa ser fortemente criticada, devido à concentração da pauta em produtos primários, de baixo valor agregado e com centralização da renda em poucas pessoas, o Maranhão experimentou altas taxas de crescimento, acima da média nacional, resultado de uma estrutura econômica ainda incipiente.

Com a crise financeira de 2008 e a das *commodities*, em 2011, o cenário para a economia estadual obscureceu. As taxas de crescimento começaram a diminuir, excetuando as da atividade agrícola. Os preços das *commodities* começaram a cair substancialmente, sem reduções nos seus custos de produção, reduzindo os lucros das empresas e, conseqüentemente, suas taxas de investimentos no Estado.

A Alumar, por exemplo, com a forte redução dos preços internacionais do Alumínio e elevação dos custos com Energia Elétrica (principal insumo da atividade), em 2012, suspendeu sua produção de Alumínio Primário e passou a produzir Alumina Calcina, insumo com menor valor agregado e menores custos. Os lucros foram mantidos, mas muitos empregos foram perdidos. Fenômeno similar ocorreu com as Guzeiras, que suspenderam suas atividades e a Pelotização da Vale que se tornou inviável.

Na contramão, as importações maranhenses, por intermédio do Complexo Portuário de São Luís, cresceram significativamente, puxadas pelo aquecimento da economia nacional, ampliando, dessa forma, a capacidade do Maranhão de se tornar um *hub* de importações de Combustíveis e Lubrificantes para atender à crescente demanda nacional. O principal Porto do Maranhão⁴ também expandiu as aquisições de Fertilizantes e outros insumos. Estas expansões, ao contrário das exportações, ampliaram significativamente a arrecadação de ICMS, aumentando o poder de ação do Estado.

No mesmo período, ocorreu forte impulso ao consumo no Maranhão, gerado pelas intensas políticas sociais advindas da União. O Programa Bolsa Família (PBF) diminuiu o contingente de extremamente pobres e possibilitou ampliação do consumo para além da margem de subsistência.

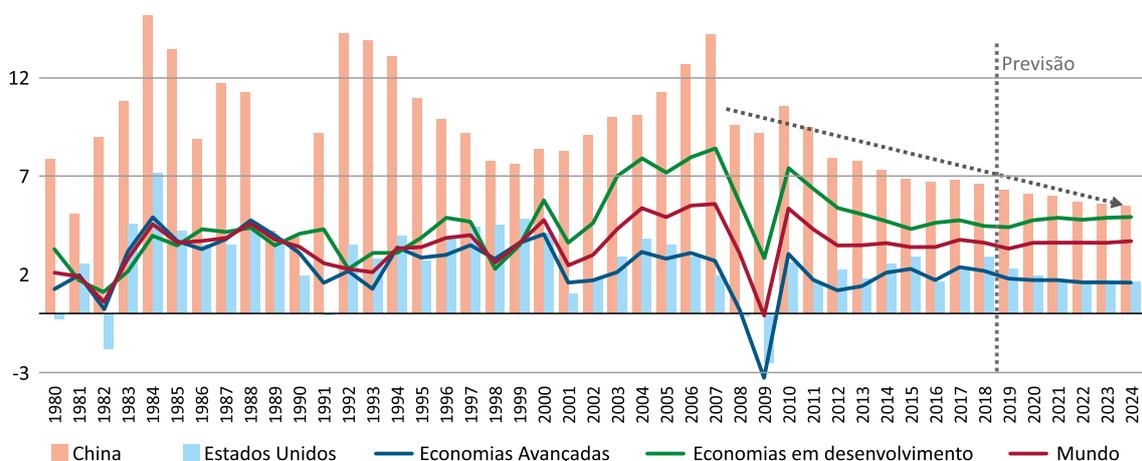
Este artigo objetiva iluminar a evolução da economia maranhense no século XXI e construir, com base nas transformações estruturais e conjunturais do Estado, perspectivas para a evolução de sua economia para os próximos anos.

2 As Mudanças no Cenário Internacional e Nacional

As expectativas quanto ao crescimento mundial vêm se deteriorando à medida que os indicadores de atividade vêm apresentando resultados de arrefecimento, a exemplo da produção industrial. Conseqüentemente, a demanda mundial diminui seu ritmo, enquanto o processo de deterioração do desempenho econômico internacional se acelera.

4 O Porto do Itaqui

Gráfico 1 – Taxa de crescimento real do PIB mundial, China, Estados Unidos, Economias Avançadas e Economias em Desenvolvimento - 1980 a 2024

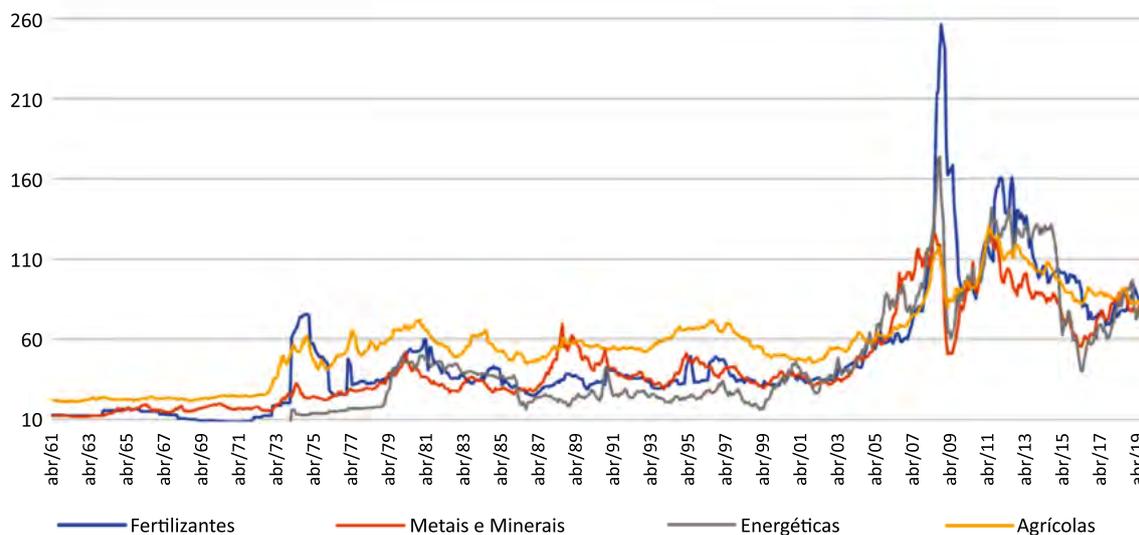


Fonte: World Economic Outlook (2019).

A desaceleração da atividade econômica advém de fatores diversos nas principais economias mundiais: na China, novas pressões regulatórias (sobretudo ambientais), atuação de sistemas bancários informais (*shadow banking*) e das tensões na guerra comercial com os Estados Unidos; na Europa, novos padrões para emissão de gases afetou fortemente a atividade da indústria, sobretudo da automobilística alemã, além disso, o *stress* do *Brexit* elevou as incertezas no mercado financeiro, a confiança dos consumidores e empresários e desestimulou os investimentos privados; nos Estados Unidos, a guerra comercial, redistribuindo fatias de mercado e oscilando preços, vem sendo uma variante forte para o comércio internacional, a baixa taxa de desemprego e de inflação parecem ser prioridades diante dos juros “altos” no país, desestimulando os investimentos e acarretando em arrefecimento da atividade econômica.

Considerando que o mercado de oferta mundial de *commodities*, opera, quase sempre no máximo de sua capacidade instalada ou acima da demanda global, as *commodities* são as mercadorias mais fortemente impactadas pelas oscilações da procura global, cujo preços são mais voláteis, tendo em vista os problemas de curto prazo. Essa problemática há muito tempo foi identificada por Prebisch (1949) como fenômeno comum nos países em desenvolvimento da América Latina, que consiste na ampliação da deterioração dos termos de troca, quando os ciclos são de crise enquanto a retomada para um ciclo de expansão não é acompanhada de recuperação proporcional, dado que o mercado exportador é concentrado em *commodities*.

Gráfico 2 – Índice de Laspeyres para os preços das commodities por categoria - abr/1961 a abr/2019



Fonte: The World Bank (2019).

O Brasil e o Maranhão encaixam-se nesse cenário de risco externo, tendo em vista a histórica dependência relativa de suas economias, tanto da União quanto do Estado, em exportação de commodities, conforme afirmam Bresser-Pereira (2016), Bresser-Pereira Oreiro & Marconi (2017) e Gala (2017) ao analisarem a economia brasileira, e para o Maranhão, conforme analisa o Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense (2016, 2017, 2018 e 2019).

Não obstante o cenário externo conturbado, deve-se considerar também a problemática do cenário econômico nacional em relação ao Maranhão. A deterioração do crescimento nacional desde 2014 (Gráfico 3 – Índice de atividade econômica do Banco Central - mar/2003 a mar/2019) e a crise fiscal (Gráfico 4 – Resultado primário do Governo Central, 2010 a 2018 - R\$ milhões (valores correntes) e % do PIB) têm grande impacto na economia do Maranhão.

O primeiro, pois afeta diretamente os preços de produtos ofertados para o Estado, impactando seu consumo e produção, e influenciando na demanda por produtos e serviços maranhenses, a exemplo do uso da logística portuária para exportações e importações. Este último, acaba por afetar consideravelmente a arrecadação de ICMS no Estado.

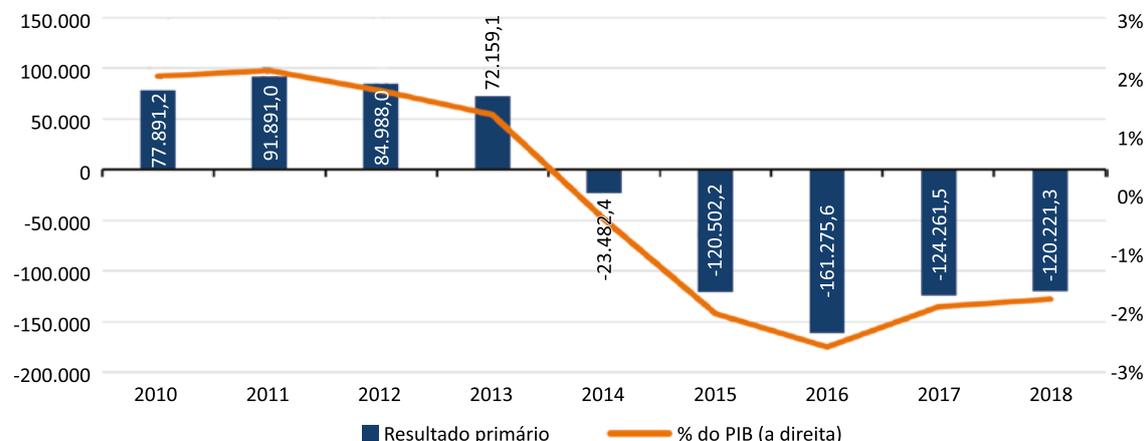
Gráfico 3 – Índice de atividade econômica do Banco Central - mar/2003 a mar/2019



Fonte: Banco Central do Brasil (2000)

O segundo vetor, influência nas Transferências Constitucionais que perfazem, historicamente, aproximadamente 50% das Receitas Correntes do Maranhão que, tanto com os distúrbios de crescimento, como com a crise fiscal, são ameaçadas. Além disso, apesar de o atual Governo Central afirmar não reduzir os desembolsos do PBF e outros benefícios e políticas de assistência social, o risco deve ser considerado à medida que os ajustes de reforma, sobretudo da Previdência, até o primeiro semestre do atual Governo, não apresentam sinais de avanço ao que é necessário para dar folga fiscal.

Gráfico 4 – Resultado primário do Governo Central, 2010 a 2018 - R\$ milhões (valores correntes) e % do PIB



Fonte: Brasil (2010-2018).

3 A Economia do Maranhão nas Duas Primeiras Décadas do Século XXI

Na primeira década do século XXI, a economia do Maranhão demonstrou resistência, após ter saído de um ciclo de baixo crescimento na década anterior, conhecida como década perdida (HOLANDA, 2008). Essa nova dinâmica foi proporcionada, sobretudo, pela bonança internacional nesse período, por meio da valorização dos preços das principais *commodities* agrícolas, minerais e metálicas (Gráfico 2 – Índice de Laspeyeres para os preços das commodities por categoria - abr/1961 a abr./2019).

No Gráfico 5 – PIB do Maranhão a preços de mercado correntes em R\$ bilhões - 2002 a 2016, estimativas para 2017 e 2018 e projeção para 2019 e 2020, tem-se o PIB do Estado do Maranhão a preços correntes, entre 2002 e 2016. Observa-se que a taxa anual média de expansão da economia maranhense foi de 3,7% ao ano, chegando a R\$ 85,2 bilhões a preços de mercado em 2016. Crescimento esse acima da média do Brasil (+2,5% a.a.) e do Nordeste (+2,8% a.a.). Dessa forma, no período que vai de 2002 a 2016, o Maranhão apresentou a segunda maior taxa média de crescimento do PIB no Nordeste e dividiu a oitava posição com o Mato Grosso no ranking do Brasil.

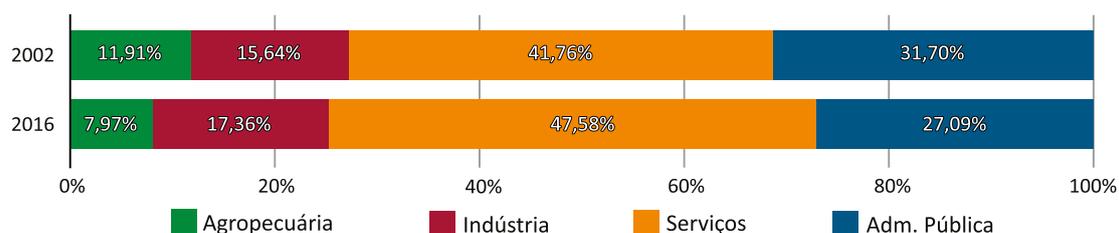
Gráfico 5 – PIB do Maranhão a preços de mercado correntes em R\$ bilhões - 2002 a 2016, estimativas para 2017 e 2018 e projeção para 2019 e 2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018); Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense (2019). *Estimativas e projeções realizadas pelo Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense (2019).

Além do setor mais dinâmico no período ter sido os Serviços (Gráfico 6 – Distribuição setorial do PIB entre - 2002 a 2016), destaca-se o ganho de participação da Indústria (+1,72 p.p.), a despeito do encolhimento da Agropecuária (-3,94 p.p.) e da Administração Pública (-4,61 p.p.). O comportamento do setor dos Serviços no Maranhão acompanhou a tendência nacional, impulsionado diretamente pelos serviços de transporte e comércio. Por outro lado, o Maranhão se destacou no ganho de participação de seu VAB da Indústria no VAB da Indústria do Brasil (+0,33 p.p.), ficando atrás apenas da Bahia (+1,16 p.p.) no Nordeste.

Gráfico 6 – Distribuição setorial do PIB - 2002 a 2016



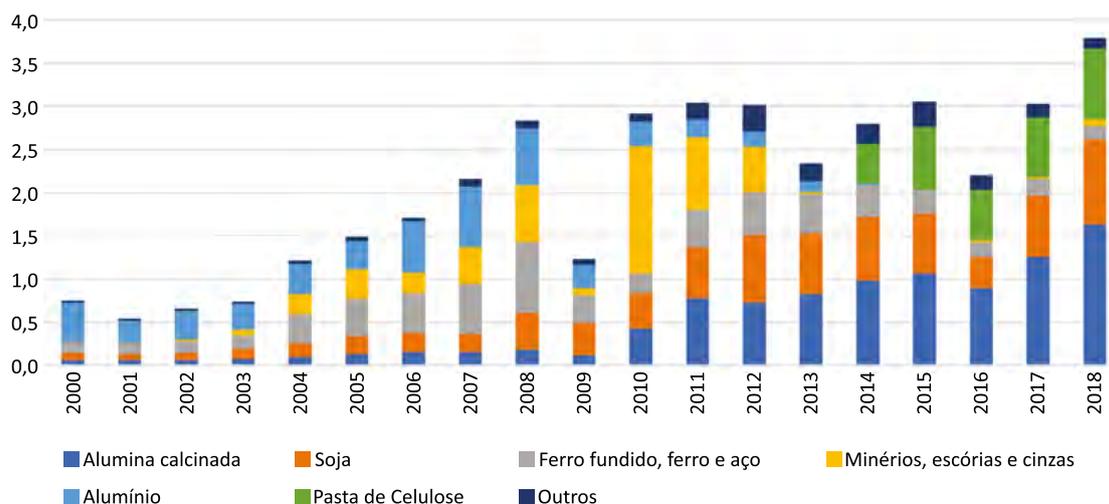
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

Não se pode falar da dinâmica do PIB estadual sem esgotar as fontes determinantes do crescimento nesse período. Sob a ótica externa aparecem a exportação das *commodities* agrícolas (especificamente Soja) e Minerais, que abarcam os complexos de Ferro, Alumínio, e após 2014, a Pasta de Celulose que ingressa com força. Os fatores internos se dividiram em: aumento de recursos destinados ao financiamento imobiliário, juntamente com o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), dinamizando a indústria da Construção Civil estadual; os ganhos reais das famílias maranhenses, tanto sob a perspectivas dos programas sociais de transferência de renda e valorização do salário mínimo quanto do impulso do mercado de trabalho; e finalmente, o crescimento das transferências constitucionais que beneficiaram estados e municípios, aumentando a força da administração pública em ambas as esferas.

Analisando a primeira fonte, os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2017) mostram que a produção de Soja, principal commodity agrícola exportada no período, cresceu 10,09% ao ano na série histórica de 2000 a 2017, enquanto as exportações avançaram 15,19% no mesmo período, atendendo de forma especial a demanda chinesa. Para entender a magnitude da demanda externa sobre a produção de soja, mostra-se que a produção saiu de 491 mil toneladas em 2000 para 2,3 milhões de toneladas, em 2017, quando atingiu o recorde histórico de produção. A desaceleração observada em 2016 (-40,81% em relação à 2015), deveu-se, principalmente a fatores climáticos (El Niño) e problemas de praga nas lavouras do Estado, situação que foi revertida no ano seguinte. Os ganhos trazidos para as regiões produtoras têm modificado a economia local, entretanto, a continuidade deste modelo impõe severas perdas ao Estado, tanto em termos de geração de empregos, renda e capacidade de arrecadação.

Ainda sob a ótica externa, observa-se contínuo crescimento das exportações do complexo de alumínio (composto por Alumínio e Alumina Calcinaada) entre 2000 e 2018, crescendo 6,7% ao ano. No Complexo de Ferro, as exportações totais registaram expansão média anual de 3,04% no mesmo período. A despeito do desempenho, duas considerações precisam ser feitas: i) no caso do Complexo de Alumínio, o avanço observado no agregado não mostra as modificações que ocorreram internamente no setor, isto porque, em 2000, as exportações de alumínio representavam 98,3% do complexo e, desde 2015, este deixou de ser exportado, concentrando as exportações em Alumina Calcinaada; ii) quanto ao Complexo de Ferro, no início da década, as exportações se concentravam em Ferro-Gusa, mas foram perdendo participação para as Pelotas de Ferro, que chegaram a representar 65,6% das exportações em 2011, entretanto, com a desativação da usina de Pelotização da Vale, essas exportações reduziram-se a zero em 2015, resultado de uma forte queda nos preços internacionais e elevação de custos de produção.

Gráfico 7 – Evolução da composição da pauta de exportações do Maranhão por principais agrupamentos de produto - US\$ bilhões - 2000 a 2018

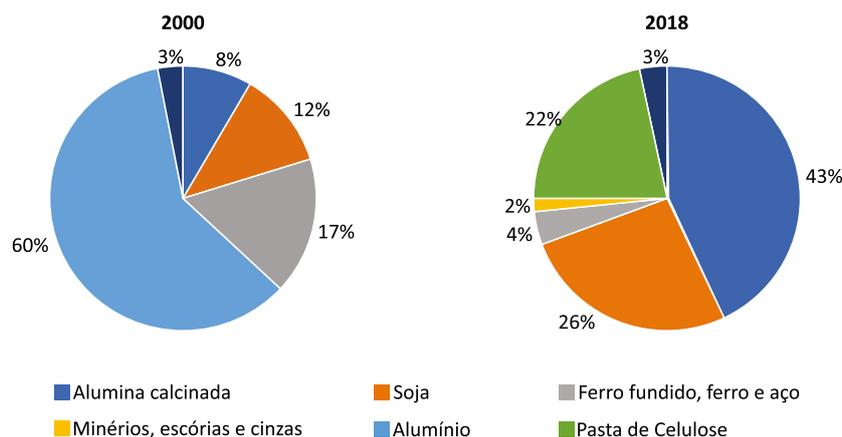


Fonte: Brasil (2019b).

No aspecto estrutural das exportações maranhenses, o Gráfico 8 mostra que em 2000, as commodities minerais metálicas representavam 85,2% da pauta de exportação, predominantemente, Alumínio e Ferro-Gusa.

Ao longo da década, essas composições sofreram alterações acentuadas. Por exemplo, em 2018, esses dois complexos representavam apenas 49%, mas quando acrescenta-se a Pasta de Celulose, produto recentemente incluído na pauta de exportações (2014/15), o peso dos quatro principais produtos exportados alcança 70,7%, mostra que em 2000, as commodities minerais metálicas representavam 85,2% da pauta de exportação, predominantemente, Alumínio e Ferro-Gusa.

Gráfico 8 – Comparativo da distribuição % dos produtos vendidos no valor total da pauta de exportação do Maranhão (principais produtos) - 2000 a 2018



Fonte: Brasil (2019b).

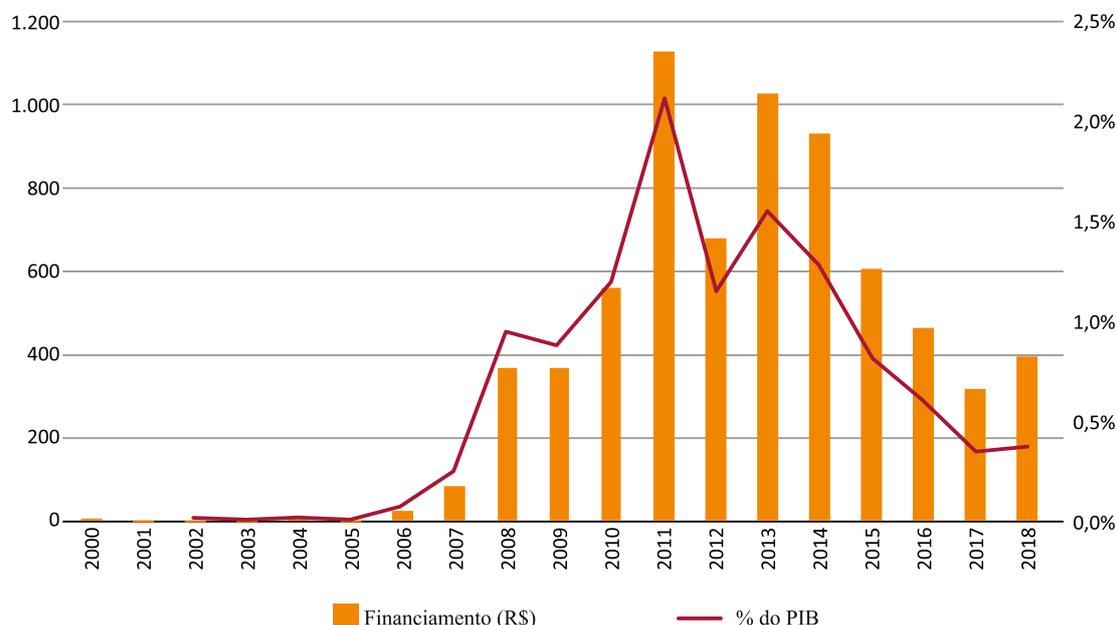
As cadeias produtivas voltadas para a exportação registram encolhimento nos últimos 18 anos, como se observa no Complexo de Alumínio e Ferro. Em decorrência da deflação das *commodities* no mercado internacional, priorizou-se a exportação de Alumina Calcinada, produto de menor valor agregado, eliminando a possibilidade de adensamento dessa cadeia no Estado. Quanto ao Complexo de Ferro, o fechamento da usina de Pelotização, além dos impactos na exportação, resultou na desmobilização de mão de obra local e na depreciação da planta localizada em São Luís, que em 2017 voltou a ser reativada com retomada em setembro de 2018. Ademais, a queda contínua da participação de Ferro-Gusa nas exportações vem refletindo o fechamento das guseiras no município de Açailândia e mostra intensificação do desadensamento da cadeia de Ferro e Aço a despeito da abertura da Pelotização. As fazendas de eucalipto antes destinadas à produção de carvão para as guseiras, agora se voltam para a produção de Pasta de Celulose pela empresa Suzano, mas as estratégias continuam as mesmas: produção de produtos pouco beneficiados para o comércio externo⁵.

Como fatores internos, pode-se destacar a expansão do total de financiamento para aquisição de imóveis residenciais e comerciais no Maranhão. O período de alto crescimento e a estabilidade macroeconômica resultou no aumento das operações de crédito em proporção do PIB e o setor imobiliário foi um dos alvos por duas características: i) elevado déficit imobiliário e ii) necessidade de subsidiar aquisição de imóveis para as famílias de baixa renda, por meio do Programa MCMV.

No período entre 2006 e 2018, o volume de financiamento imobiliário cresceu 20,2% ao ano em termos reais, saindo de R\$ 43,4 milhões em 2006 para R\$ 395,5 milhões em 2018, como evidenciado no Gráfico 9. É importante ressaltar que em 2011, o montante de recursos destinados para a aquisição de imóveis alcançou uma dimensão nunca vista antes, alcançando R\$ 1,742 bilhão, alcançando (2,11% do PIB), desacelerando nos anos seguintes com o acirramento da recessão econômica.

⁵ Destaca-se que no caso da Suzano S/A houve beneficiamento da pasta de celulose para o mercado interno. Entre 2015-2016 a empresa iniciou sua fábrica de papel tissue que começou a produção em novembro de 2017. O produto não é exportado e atende apenas ao Nordeste.

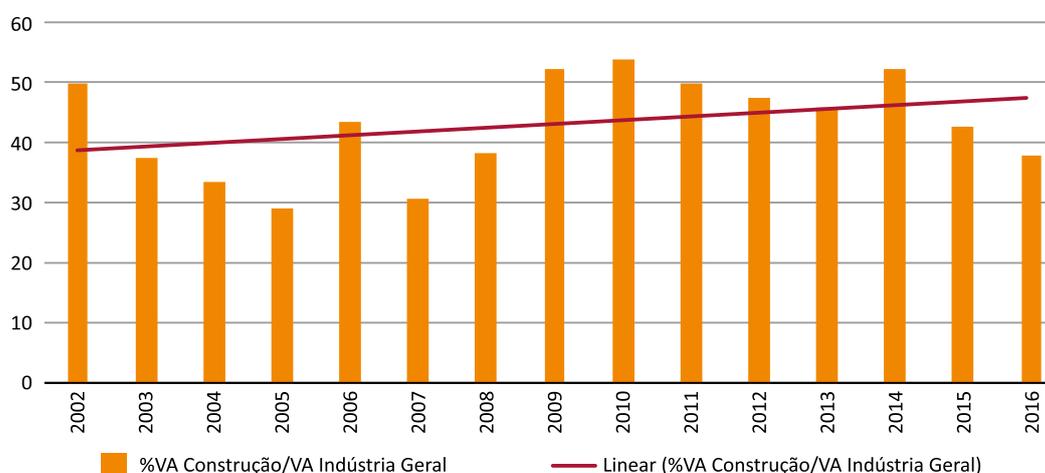
Gráfico 9 – Evolução do financiamento para aquisição de imóveis residenciais e comerciais (R\$ Milhões) e participação em relação ao PIB no Estado do Maranhão - 2000 a 2018 - Valores corrigidos pelo IPCA



Fonte: Banco Central do Brasil (2000)

Essa nova dinâmica foi a responsável por impulsionar o setor de Construção Civil no Estado. Curiosamente, a despeito do crescimento contínuo das obras imobiliárias e de infraestrutura, a participação do valor adicionado pela indústria da Construção Civil ao Valor Adicionado da Indústria parece ter voltado exatamente ao nível de 2003. O resultado não significa dizer que não houve modificações ao longo da série, visto que, em 2005, a participação da Construção Civil no Valor Adicionado da Indústria recuou para 29,1%. A partir do ano seguinte, começou a crescer de forma contínua, refletindo o favorável desempenho do setor, alcançando o peso máximo em 2010 (53,9%), entretanto, em desaceleração a partir de 2011. A participação elevada da Construção Civil mostra baixa diversificação da indústria maranhense, o que implica diretamente um contingente elevado de ocupados no setor a despeito do baixo grau de formalização, visto que neste prevalecem as relações informais.

Gráfico 10 – Participação do Valor Adicionado da indústria da construção civil no Valor Adicionado da indústria geral - 2002 e 2016



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018); Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense (2019)

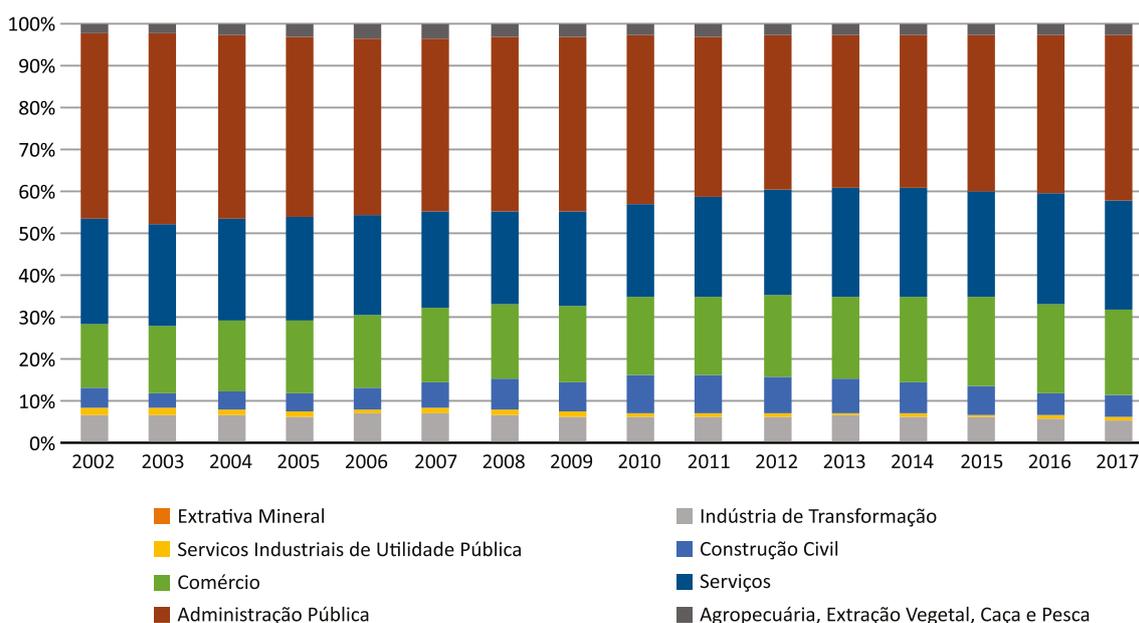
Os setores mais dinâmicos do Mercado de Trabalho Formal ao longo desses anos foram os setores da Construção Civil, Agropecuária e Comércio, refletindo as transformações desses setores no período analisado. O estoque total de empregos cresceu de 329,9 mil para 713,0 mil, somando celetistas e estatutários. A Agropecuária foi o setor que registrou o maior crescimento no estoque de empregos entre 2002 e 2017, com taxa de expansão da ordem de 7,5% a.a., a despeito do elevado grau de mecanização das monoculturas, mostrando que se trata de uma atividade intensiva em mão de obra.

Na Construção Civil, a intensidade em mão de obra é ainda mais elevada. Embora o mercado de trabalho formal não reflita o grau de precarização, as contratações sem carteira assinada tomaram uma dimensão exponencial, principalmente pelas subcontratações ocorridas durante o período de aquecimento do setor. Inclusive neste cenário de crise, em 2015 e em 2016, foi o setor que registrou a maior desmobilização de postos de trabalhos.

No comércio, fica evidente o ganho de participação nos postos de trabalhos formais, ainda que seja o setor no qual se concentram as menores remunerações. Entretanto, o aumento da massa salarial, assim como as boas condições de crédito, a partir do estímulo ao consumo, foram determinantes para a expansão dessa atividade, e conseqüentemente, expansão no número de empregos do setor.

O crescimento da Agropecuária e da Construção Civil, ainda que tenham elevado a renda da população, não tiveram participação significativa na arrecadação de ICMS, que no período saiu de R\$ 2,3 bilhões em 2002 para R\$ 5,1 bilhão em 2016.

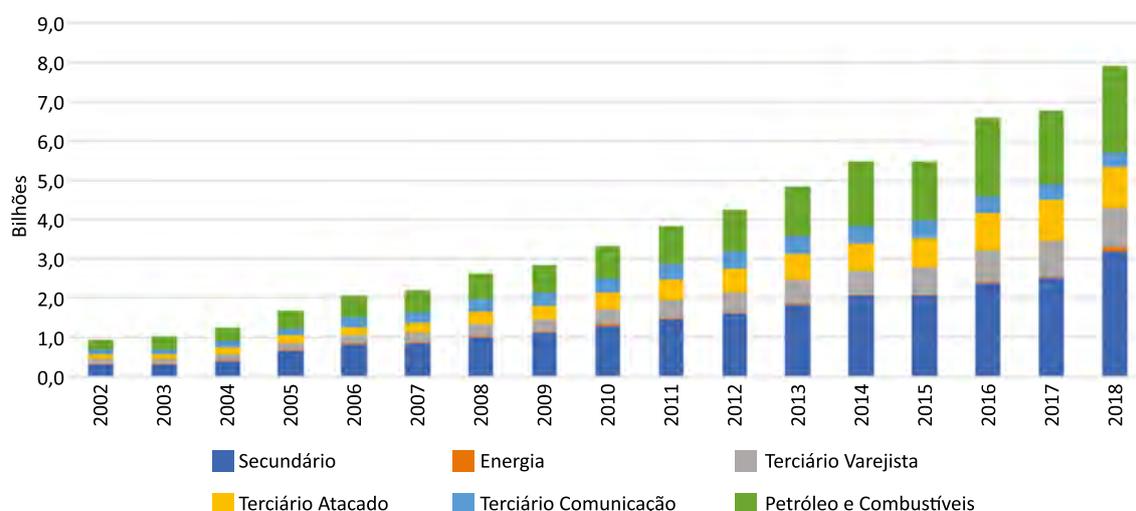
Gráfico 11 – Participação do estoque de trabalho nos subsetores - 2002 e 2017



Fonte: Brasil (2019a).

O comércio varejista e atacadista foram as atividades que mais contribuíram para arrecadação do tributo, perfazendo 34,3% em 2016. Ainda assim, nesse ano, 69,8% da arrecadação de ICMS estava concentrada em 4 atividades: comércio varejista, atacadista, energia, petróleo e combustíveis. Esse é mais um indicativo da baixa diversificação produtiva do Maranhão, elevando o grau de dependência das transferências da União.

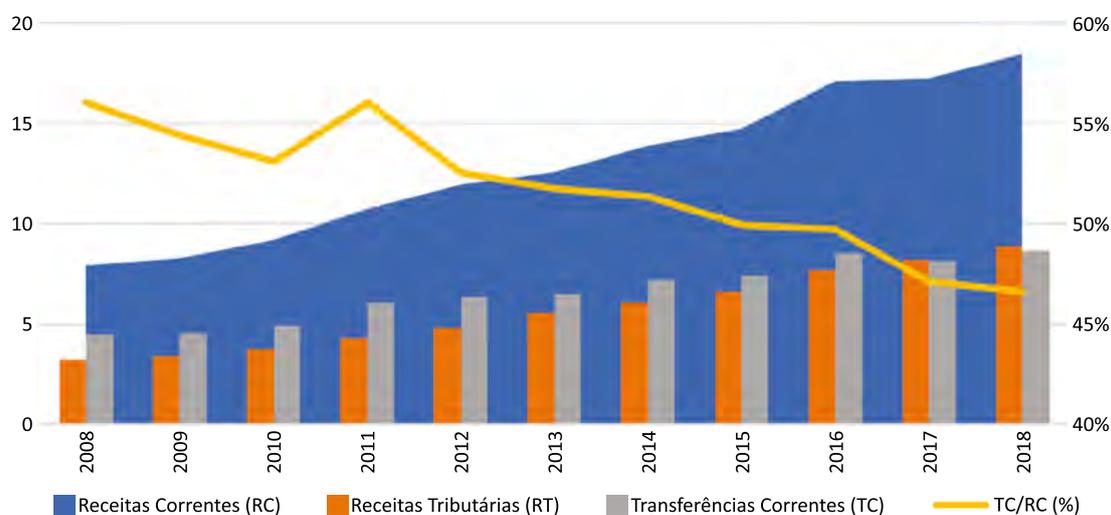
Gráfico 12 – Evolução da arrecadação de ICMS por setor e atividade - 2002 a 2018



Fonte: Maranhão (201-).

O crescimento da arrecadação do principal tributo que compõe as receitas tributárias do Estado (ICMS) reduziu a relação Transferências Correntes/Receitas Correntes, como evidenciado no Gráfico 12 – Evolução da arrecadação de ICMS por Setor de Atividade - 2002 e 2018, mas ainda se mostra insuficiente para mudar o quadro de dependência de receitas, principalmente no nível municipal.

Gráfico 13 – Evolução da receita tributária, transferências correntes e transações correntes em relação à receita corrente (%)



Fonte: Maranhão (2008-2018).

4 As Expectativas para a Economia Maranhense

Com base no panorama apresentado e nas transformações vindouras, há certo otimismo para o Maranhão no longo prazo. Expectativas de alta para os combustíveis, devem favorecer a arrecadação de ICMS e a expansão portuária ainda mais, que vem sendo impulsionada tanto pelos lucros crescentes da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), como pelos conglomerados privados Suzano S/A; Ultrapar S/A, Vale S/A e por ações do Governo Estadual com incentivos às exportações de outras mercadorias, à exemplo das Carnes e Couros.

A participação de outros Estados na exportação, sobretudo aqueles que integram o MATOPIBA favorecem o fomento a novos terminais de carga, descarga e armazenagem para grãos e simultaneamente a importação de fertilizantes. Espera-se para o Estado, continuidade no crescimento do comércio exterior, apesar dos distúrbios internacionais ocasionados pelos principais clientes, China e Estados Unidos. Tendo em vista a neutralidade do Brasil em relação à disputa, boicotes entre ambos países deverão favorecer as exportações de soja, minério de ferro e alumina calcinada (e seus derivados).

Não obstante, a atividade agrícola do Estado continua se expandindo. A Soja vem ampliando produtividade, embora também esteja tomando espaço de outras mercadorias, como o milho e o algodão que perderam participação nos últimos dois anos. Em termos de infraestrutura, o Maranhão ainda está carente de estradas adequadas e conexões internas, não só logística, como administrativa e comercial para que se desenvolva melhor o interior do Estado. O baixo desenvolvimento interiorano do Maranhão não aparenta ter soluções no curto prazo, tendo em vista que há poucas atividades econômicas apresentando destaque.

Os fomentos Federal e Estadual que estão se esgotando, ampliam a importância de recursos como o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que em média representam aproximadamente 2,2% do PIB estadual (de 1989-2018) por intermédio de inversões que deverão ser ainda mais estratégicas para os setores da Indústria, Agropecuária e Comércio e Serviços, conectando-os para desenvolver as cadeias produtivas locais.

A necessidade de manutenção dos programas de assistência social também é clara, tendo em vista que o Maranhão não modificou seu panorama no que tange a ser o Estado brasileiro com maior contingente de população em extrema pobreza. As ameaças ao apoio social dificultam estabelecer cenários de como crescerão os padrões de consumo após a recuperação da crise nacional, estimada para 2021-22.

Por outro lado, o interior maranhense, embora menos populoso que a zona urbana, ainda detém terras baratas e que fogem da região da seca nordestina, possibilitando expansão da agricultura e de outras atividades complementares. A logística portuária em contínua ascensão é o grande vetor para atração de investimentos, contudo, a falta de infraestrutura local atua com força contrária, dificultando não somente a implementação devido às necessidades básicas como saneamento e energia, como também a migração da força de trabalho qualificada, tendo em vista o nível escolar baixo.

Espera-se que a economia do Maranhão continue crescendo a taxas menores ou bem próximas da média dos últimos 18 anos, sobretudo devido à instabilidade nos cenários internacional e nacional. A esperança é de que o Maranhão consiga acelerar seu desenvolvimento a partir de 2022 com a estimada recuperação econômica do país. Durante esse processo, investimentos estruturantes no sistema logístico servirão de incentivo para atração de empreendimentos que visem ao mercado externo, atualmente valorizado devido ao câmbio e cuja proximidade com o Porto possibilite redução de custos tanto na venda quanto na aquisição de insumos importantes à produção.

Enquanto por um lado o Estado é capaz de avançar com *hub* de importações e exportações do MATOPIBA e Nordeste, por outro, não se espera nesse horizonte, crescimento econômico com distribuição de renda e inserção significativa da economia local, do qual excetuando alguns poucos casos, como o da Suzano em Imperatriz, não há desenvolvimento da complexidade das mercadorias e adensamento das cadeias produtivas locais de forma eficiente, e conseqüentemente, a permanência de muitas das mazelas sociais que afligem o Estado.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Gerenciados de Séries Temporais**. Brasília, Distrito Federal. Brasília: Banco Central, 2000-. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/telaCvsSelecionarSeries.paint>. Acesso em: 2 jun. 2019.

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA MARANHENSE: 1º Trimestre 2019. São Luis: IMESC, jan.- mar., 2019. Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/boletim-conjuntura/283>. Acesso em: 8 de jun. 2019.

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA MARANHENSE: 3º Trimestre 2016. São Luis: IMESC, 2016. Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/boletim-conjuntura/112>. Acesso em: 8 jun. 2019.

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA MARANHENSE: 4º Trimestre 2017. São Luis: IMESC, v.5, n.4, 2017. Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/boletim-conjuntura/209>. Acesso em: 08 de junho de 2019.

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA MARANHENSE: 4º Trimestre 2018. São Luis: IMESC, out.-dez., 2018. Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/boletim-conjuntura/275>. Acesso em: 8 de jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. **Relação Anual de Informações Sociais: RAIS**. Brasília: Secretaria de Trabalho, 2019a. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 8 jun. 2019.

BRASIL. Secretaria da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Exportações e Importações Gerais**. Brasília: COMEXSTAT, 2019b. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 8 jun. 2019.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Estatísticas Fiscais: Resultados do Tesouro Nacional**. Brasília: Tesouro Nacional, 2010-2018. Disponível em: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional>. Acesso em: 10 de mar. 2019.

BRESSER PEREIRA, L.C. **A Construção política do Brasil: sociedade, economia e estado desde a independência**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

BRESSER PEREIRA, L.C.; OREIRO, J.L.; MARCONI, N. **Macroeconomia desenvolvimentista: teoria e política econômica do novo desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

GALA, Paulo. **Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações**. 1.ed.. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

HOLANDA, F. M. **Algumas evidências sobre a dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 Anos**. 1. ed. São Luís: IMESC, 2008. v. 1, 42 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal: PAM**. Rio de Janeiro: SIDRA, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 8 de jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Regionais: SCR**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 mar.2019.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Fazenda. Business Intelligence System. São Luís, [201-].

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Planejamento E Orçamento. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária**. São Luís: SEPLAN, 2008-2018. Disponível em <<http://www.seplan.ma.gov.br/>>. Acesso em 10 de março de 2019.

MESQUITA, B.A. Notas sobre a dinâmica econômica recente em área periférica: as mudanças na estrutura produtiva do maranhão. *In: Anais do Primeiro Circuito de Debates Acadêmicos*. Brasília: IPEA, 2011. CODE 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo33.pdf> Acesso em: 5 maio 2019.

PREBISCH, R. O Desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443/1767>. Acesso em: 8 jun. 2019.

THE WORLD BANK. **Commodities markets: monthly prices**. Washington DC: The World Bank Group, May 2019. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/research/commodity-markets>. Acesso em: 8 jun. 2019.

TRIBUZI, B. **Formação Econômica do Maranhão**. 2. ed., São Luís: Conselho Regional de Economia - 15^a Região - MA, 2011.

WORLD ECONOMIC OUTLOOK. Washington DC: International Monetary Fund, April 2019. Bimonthly. Disponível em: <https://www.imf.org/en/publications/weo>. Acesso em: 8 jun. 2019.

